OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial
(Companhia Aberta)

Informações Financeiras Intermediárias
referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026
e Relatório do Auditor Independente

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial
(Companhia Aberta)

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras

Em razão do contexto judicial e societário vigente, as presentes Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2026 são apresentadas assinadas pelo Gestor Judicial.

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas - ITR

Aos:
Acionistas e Gestor Judicial da
OSX Brasil S.A. – em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro–RJ
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Introdução

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da OSX Brasil S.A. – em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Bases para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2026.

2. Alcance da revisão

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma conclusão de auditoria. Ainda, devido aos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Bases para abstenção de conclusão”, não obtemos evidências apropriadas e suficientes para fundamentar uma conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

3. Bases para abstenção de conclusão

(a) Incerteza relevante quanto à continuidade operacional e impactos do Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Em 30 de setembro de 2026, as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, respectivamente, apresentam prejuízo no período de nove meses de R$856.663 e R$858.347, passivo a descoberto total de R$10.755.708 e R$10.776.408; e passivo circulante superior ao ativo circulante de R$356.460 e R$621.227.

Adicionalmente, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 26 às informações financeiras intermediárias, em 13 de outubro de 2023, a Companhia e mais duas controladas receberam uma notificação da Porto do Açu Operações S.A. (PdA, subsidiária do Grupo Prumo) manifestando-se pelo encerramento do “Período de Standstill” celebrado entre as partes em 20 de setembro de 2018.

Estas situações indicam incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da companhia e de suas controladas.

Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX ajuizou novo Plano de Recuperação Judicial.

No final de novembro de 2024 foi proferida decisão cautelar pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial determinando, dentre outros assuntos, o afastamento dos administradores do Grupo OSX em função de denúncia efetuada por credor da Companhia. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2025 não foram objeto de aprovação dos acionistas em assembleia. Em Assembleia Geral de Credores realizada em 14 de outubro de 2025 foi eleito o Gestor Judicial da Companhia.

Em 30 de setembro de 2026, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial e homologado em 05 de outubro de 2026.

A continuidade operacional da Companhia depende da implementação das ações do plano. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2. e) às informações financeiras intermediárias, os impactos destas ações serão conhecidos à medida que sejam implementadas e, portanto, não estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2026.

Consequentemente, não foi possível concluir quanto aos saldos apresentados nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2026.

(b) Discussões sobre aspectos financeiros com a Porto do Açu Operações S.A. (PdA)

(i) Pleitos da Companhia contra a PdA

A Companhia discute aspectos financeiros referentes: (i) à gestão da área do Porto do Açu; (ii) ao Contrato de Cessão do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície contestando os valores cobrados pela PdA; (iii) ao Acordo para Instalação da UCN Açu no Complexo Logístico e Industrial do Superporto do Açu e Outras Avenças que trata da responsabilidade das empresas pelos gastos na Obra do Entorno (construção do canal).

(ii) Pleitos da PdA contra a Companhia

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às informações financeiras intermediárias, no período de 15 de setembro de 2018 até 19 de outubro de 2023, a Companhia mantinha Acordo de Standstill que previa a não cobrança das parcelas mensais de Cessão de Direito de Uso. Durante este período, a Companhia não atualizou as parcelas devidas com base na variação do IGP-M por entender que a atualização não se aplica ao período do Standstill. No entanto, conforme cobrança apresentada à Companhia em 20 de outubro de 2023, a PdA atualiza as parcelas cobradas contra a Companhia. Para 30 de setembro de 2026, conforme carta de confirmação de saldos recebida em 31 de dezembro de 2025 movimentada pelas cobranças mensais até 30 de setembro de 2026, o saldo em aberto da PdA monta a R$614.773, enquanto na Companhia o seu débito é de R$460.158 resultando em uma diferença entre as posições de R$154.615. Este saldo se refere aos valores vencidos até 30 de setembro de 2026 e, conforme a carta de confirmação recebida, os valores em aberto não estão atualizados em função do atraso. Caso o valor da parcela utilizada pela PdA tivesse sido utilizado para atualizar o passivo de direito de uso a vencer, o valor aproximado da dívida não vencida apresentada nas informações financeiras intermediárias seria acrescido de R$308.662.

Adicionalmente, a PdA cobra os seguintes valores da Companhia: (i) créditos referentes a Rateio de custos relacionados à Obra do Entorno, incorridos entre agosto de 2015 e maio de 2016, no montante de R$68.682; (ii) créditos no montante de R$8.550 referentes a retenção contratual da OSX quitada pela PdA; e (iii) créditos referentes a remunerações (não quantificadas) por serviços de gestão comercial prestados à Companhia conforme cláusulas 6.1.2.7 do PRJ e 4.2 do contrato de gestão.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, em sentença arbitral parcial, foi determinado que o Tribunal Arbitral não tem jurisdição para analisar os pedidos relacionados ao Contrato de Cessão. Adicionalmente, a arbitragem foi suspensa a pedido das partes. Tendo em vista a incerteza quanto ao desfecho das discussões entre a Companhia e a PdA, não nos foi possível concluir quanto à necessidade de ajustes às informações financeiras intermediárias que impactariam as contas de passivo com a PdA e a análise do valor justo da Propriedade para investimento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2. e) às informações financeiras intermediárias, após a implementação do PRJ, as dívidas com a PdA serão consideradas quitadas. O impacto decorrente do PRJ nos saldos passivos de direito de uso será reconhecido quando de sua conclusão implementação.

(c) Reconhecimento de receita

A receita da Companhia provém de contratos de locação de sua área. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20 às informações financeiras intermediárias, a Companhia concede carência ou suspensão nos contratos com os clientes, entretanto, a receita é reconhecida de acordo com a emissão do faturamento, e não por regime de competência. Não nos foi possível avaliar o impacto do procedimento nas informações financeiras intermediárias.

(d) Investimento na Integra Offshore Ltda.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 às informações financeiras intermediárias, a Integra Offshore Ltda. representa investimento no montante de R$3.321 em 30 de setembro de 2026. A investida não auferiu receita operacional no período. As informações financeiras intermediárias da investida para 30 de setembro de 2026 não foram revisadas por auditores independentes. O relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 incluiu as seguintes ressalvas: a) quanto à realização do saldo de adiantamento a fornecedor no montante de R$12.963; e b) quanto à realização do contas a receber com a OSX Brasil S.A. – em Recuperação Judicial no valor de R$3.004. Adicionalmente, foi incluído parágrafo de incerteza relevante quanto a continuidade operacional e ênfases relativas à recuperação judicial de seus acionistas. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto a possíveis ajustes nas informações financeiras intermediárias da Companhia oriundos de seu investimento.

(e) Provisão para custos de restauração ambiental

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, o contrato de cessão de direito de uso mantido entre a Companhia e a PdA prevê a devolução da área, de acordo com plano de descomissionamento aprovado pelos órgãos ambientais, livre e desimpedida de coisas, cujo plano ainda não foi elaborado pela Companhia e, consequentemente, não nos foi possível concluir quanto à necessidade de registro de provisão para custos de restauração ambiental.

(f) Representação formal dos administradores e membros da governança não fornecida

A Companhia não nos forneceu a carta de representação conforme requerido pelas normas de auditoria assinada pelos administradores e membros da governança diante da atual situação. A representação formal visa documentar que a Administração cumpriu a sua responsabilidade pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a estrutura de relatório financeiro e sua adequada apresentação, forneceu todas as informações e permitiu todos os acessos necessários e de que todas as transações foram registradas e estão refletidas nas informações financeiras intermediárias. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para conclusão de nossos trabalhos sobre as informações financeiras intermediárias.

4. Abstenção de conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da OSX Brasil S.A. – em Recuperação Judicial do trimestre findo em 30 de setembro de 2026. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre elas.

5. Ênfases

(a) Contingências possíveis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 b) (iii) às informações financeiras intermediárias, que descreve a existência de contingências tributárias que montam a R$922.158 mil classificadas pelos consultores legais da Companhia como de perda possível. Eventual desfecho negativo afetaria materialmente as informações financeiras intermediárias.

A nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

(b) Concentração de Receita

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às informações financeiras intermediárias, que demonstra a significativa concentração de receita em dois clientes. Tal condição pode representar um fator relevante de risco em caso de eventual perda desses clientes.

Nossa conclusão não está modificada em função deste assunto.

(c) Processos judiciais e seus reflexos na Companhia e controladas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 27, que trata de assuntos correlacionados à Operação Lava Jato e outros assuntos criminais envolvendo acionista controlador.

Nossa conclusão não está modificada em relação a este assunto.

(d) Reapresentação dos informações financeiras de 30 de setembro de 2025

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.h) das demonstrações financeiras que descreve ajustes de exercícios anteriores que resultaram na reapresentação das informações financeiras comparativas de 30 de setembro de 2025. A nossa conclusão não está modificada em relação a este assunto.

6. Outros assuntos

(i) Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e ao período anterior

As demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram por nós auditadas e emitimos relatório de auditoria datado de 31 de março de 2026 com Abstenção de opinião. As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, do trimestre findo em 30 de setembro de 2025, foram por nós revisadas e emitimos relatório de revisão datado de 12 de novembro de 2025 com Abstenção de conclusão.

(ii) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34 Interim Financial Reporting. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Bases para abstenção de conclusão", também não expressamos uma conclusão sobre as demonstrações do valor adicionado do período de nove meses findo nessa data em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2026.



Eduardo José Ramón Leverone
Contador CRC RJ-067.460/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2RJ-010.367/F-3

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**125**	826	**19.472**	9.315
Clientes	**5**	**-**	-	**8.558**	13.668
Adiantamentos diversos		**48**	24	**187**	124
Despesas antecipadas		**942**	675	**1.188**	802
Total do ativo circulante		**1.115**	1.525	**29.405**	23.909
Não circulante					
Clientes	**5**	**-**	-	**3.681**	4.297
Partes relacionadas	**16**	**116.246**	115.478	**-**	-
Tributos a recuperar	**6**	**2.771**	4.740	**3.115**	4.940
Depósitos judiciais	**17**	**240**	-	**1.676**	1.437
Outros créditos		**285**	287	**287**	289
		119.542	120.505	**8.759**	10.963
Investimentos	**7**	**-**	-	**3.321**	3.351
Propriedade para investimento	**9**	**-**	-	**651.657**	651.657
Imobilizado	**8**	**69**	104	**590**	646
Direito de Uso	**10**	**249**	417	**249**	417
Total do ativo não circulante		**119.860**	121.026	**664.576**	667.034
Total do ativo		**120.975**	122.551	**693.981**	690.943

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	**6.749**	4.708	**24.787**	15.824
Obrigações fiscais	13	**6.725**	2.655	**31.597**	25.904
Obrigações sociais e trabalhistas	11	**386**	283	**856**	805
Direito de uso	10	**264**	278	**502.225**	468.740
Partes relacionadas extraconcursais	16	**343.447**	331.996	**91.164**	91.166
Outros		**4**	7	**3**	7
Total do passivo circulante		**357.575**	339.927	**650.632**	602.446
Não circulante					
Fornecedores	12	**26.904**	26.522	**1.566.473**	1.529.024
Empréstimos e financiamentos	14	**-**	-	**2.881.133**	2.615.114
Debêntures	15	**-**	-	**5.593.762**	5.060.412
Direito de uso	10	**-**	170	**447.668**	434.204
Partes relacionadas concursais	16	**10.010**	10.010	**20.536**	20.536
Provisão para passivo a descoberto	7	**10.441.819**	9.591.867	**-**	-
Provisão para contingências	17	**23.342**	29.375	**112.279**	118.631
Obrigações fiscais	13	**17.033**	24.064	**70.040**	112.778
Fianças	14	**-**	-	**127.866**	116.198
Total do passivo não circulante		**10.519.108**	9.682.008	**10.819.757**	10.006.897
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	18.a	**35.264**	35.264	**35.264**	35.264
(-) Custo emissão de ações	18a	**(81.057)**	(81.057)	**(81.057)**	(81.057)
Ajustes acumulados na conversão de moeda estrangeira	18a	**1.707.603**	1.707.264	**1.707.603**	1.707.264
Prejuízos acumulados		**(12.417.518)**	(11.560.855)	**(12.417.518)**	(11.560.855)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(10.755.708)**	(9.899.384)	**(10.755.708)**	(9.899.384)
Participações de acionistas não controladores		**-**	-	**(20.700)**	(19.016)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(10.755.708)**	(9.899.384)	**(10.776.408)**	(9.918.400)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**120.975**	122.551	**693.981**	690.943

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultado
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		Controladora		Consolidado	
		9 meses findos em		9 meses findos em	
	Nota	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	20	-	-	65.818	60.978
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	3.210	13.081	(48.619)	(62.707)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 10	(212)	(262)	(277)	(320)
Outras despesas e receitas		-	22	30.569	(11.702)
		2.998	12.841	(18.327)	(74.729)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(850.290)	(650.461)	(30)	(151)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(847.292)	(637.620)	47.461	(13.902)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	822	18.498	2.078	149.977
Despesas financeiras	22	(10.199)	(15.256)	(918.087)	(789.913)
Variação cambial, líquida	22	6	(1.080)	11.701	18.335
		(9.371)	2.162	(904.308)	(621.601)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(856.663)	(635.458)	(856.847)	(635.503)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(1.500)	(1.485)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	55.819	-	55.819
		-	55.819	(1.500)	54.334
Prejuízo líquido do período		(856.663)	(579.639)	(858.347)	(581.169)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(1.684)	(1.530)
Atribuído aos acionistas controladores	19	(856.663)	(579.639)	(856.663)	(579.639)
Prejuízo do período básico, e diluído por ação (em R$)	19	(272,13)	(184,13)	(272,66)	(184,61)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultado
Período de três meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		Controladora		Consolidado	
		3 meses findos em		3 meses findos em	
	Nota	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
			Reapresentado		Reapresentado
Receita Operacional Líquida	20	-	-	21.959	21.789
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	6.319	(808)	(24.504)	(8.352)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 10	(56)	(127)	(78)	(147)
Outras despesas e receitas		-	-	30.569	(13.720)
		6.263	(935)	5.987	(22.219)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(295.229)	(138.213)	(10)	(99)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(288.966)	(139.148)	27.936	(529)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	273	17.916	683	149.603
Despesas financeiras	22	(1.100)	(4.627)	(319.180)	(278.918)
Variação cambial, líquida	22	(1)	3	185	4.520
		(828)	13.292	(318.312)	(124.795)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(289.794)	(125.856)	(290.376)	(125.324)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	-	(1.055)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	-	55.819	-	55.819
		-	55.819	-	54.764
Prejuízo líquido do período		(289.794)	(70.037)	(290.376)	(70.560)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(582)	(523)
Atribuído aos acionistas controladores	19	(289.794)	(70.037)	(289.794)	(70.037)
Prejuízo do período básico, e diluído por ação (em R$)	19	(92,06)	(22,25)	(92,24)	(22,25)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultado Abrangente
Período de nove e três meses findo em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		Controladora		Consolidado	
		9 meses findos em		9 meses findos em	
	Nota	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado
Prejuízo líquido do período		**(856.663)**	(579.639)	**(858.347)**	(581.169)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	**18.d**	**339**	2.827	**339**	2.827
Total do resultado abrangente do período		**(856.324)**	(576.812)	**(858.008)**	(578.342)
Total do resultado abrangente atribuído a:					
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**(1.684)**	(1.530)
Participação dos acionistas controladores		**(856.324)**	(576.812)	**(856.324)**	(576.812)

		Controladora		Consolidado	
		3 meses findos em		3 meses findos em	
	Nota	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado
Prejuízo líquido do período		**(289.794)**	(70.037)	**(290.376)**	(70.560)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	**18.d**	**(5)**	443	**(5)**	443
Total do resultado abrangente do período		**(289.799)**	(69.594)	**(290.381)**	(70.117)
Total do resultado abrangente atribuído a:					
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**(582)**	(523)
Participação dos acionistas controladores		**(289.799)**	(69.594)	**(289.799)**	(69.594)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)
Em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Custo na emissão de ações	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.264	(81.057)	1.704.436	(10.047.524)	(8.388.881)	(15.611)	(8.404.492)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(409.467)	(409.467)	(436)	(409.903)
Saldos em 1 de janeiro de 2025 – Reapresentado	35.264	(81.057)	1.704.436	(10.456.991)	(8.798.348)	(16.047)	(8.814.395)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	-	-	2.827	-	2.827	-	2.827
Prejuízo líquido do período (reapresentado)	-	-	-	(579.639)	(579.639)	(1.530)	(581.169)
Saldos em 30 de setembro de 2025 - Reapresentado	35.264	(81.057)	1.707.263	(11.036.630)	(9.375.160)	(17.577)	(9.392.737)
Saldos em 1 de janeiro de 2026	35.264	(81.057)	1.707.264	(11.560.855)	(9.899.384)	(19.016)	(9.918.400)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	-	-	339	-	339	-	339
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(856.663)	(856.663)	(1.684)	(858.347)
Saldos em 30 de setembro de 2026	**35.264**	**(81.057)**	**1.707.603**	**(12.417.518)**	**(10.755.708)**	**(20.700)**	**(10.776.408)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	**(856.663)**	(579.639)	**(858.347)**	(581.169)
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Atualização dos tributos a recuperar	**1.969**	(280)	**1.825**	(344)
Resultado de equivalência patrimonial	**850.290**	650.461	**30**	151
Depreciação e amortização	**36**	51	**101**	110
Amortização do Direito de Uso	**176**	211	**176**	210
AVP Direito de uso	**(185)**	356	**46.949**	139.279
Participação dos acionistas não controladores	**-**	-	**(1.684)**	(1.451)
Movimentação na dívida ativa	**-**	55.336	**-**	37.517
Atualização de fornecedores concursais	**383**	328	**37.449**	16.689
Provisão para contingências	**(6.034)**	654	**(6.352)**	2.169
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	**-**	-	**811.038**	702.215
	(10.028)	127.478	**31.185**	315.376
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	**-**	-	**5.726**	(4.545)
Depósitos judiciais	**-**	-	**(239)**	(42)
Adiantamentos diversos	**(24)**	(17)	**(63)**	(57)
Despesas antecipadas	**(267)**	(328)	**(386)**	(406)
Obrigações sociais e trabalhistas	**103**	6.454	**51**	6.529
Fornecedores	**2.042**	1.097	**8.963**	1.569
Obrigações fiscais	**(2.961)**	(153.436)	**(37.046)**	(275.530)
Imposto de renda e contribuição social	**-**	-	**1.500**	1.485
Outros	**(248)**	(482)	**176**	(30.915)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(1.355)**	(146.712)	**(21.318)**	(301.912)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(11.383)**	(19.234)	**9.867**	13.464
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições/baixas de bens do imobilizado	**(1)**	(1)	**(47)**	(61)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1)**	(1)	**(47)**	(61)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Débitos com pessoas ligadas assumidos	**10.683**	28.205	**(2)**	(2.077)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**10.683**	28.205	**(2)**	(2.077)
Efeito de conversão de moeda sobre o caixa e equivalentes de caixa	**-**	-	**339**	2.827
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(701)**	8.970	**10.157**	14.153
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	**826**	186	**9.315**	614
No fim do período	**125**	9.156	**19.472**	14.767
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(701)**	8.970	**10.157**	14.153

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração do Valor Adicionado
Em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado	30/09/2026	30/09/2025 Reapresentado
Receita				
Receita de alugueis e/ou serviços (bruta de impostos)	**-**	-	**72.532**	67.222
	-	-	**72.532**	67.222
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**3.531**	16.599	**(40.002)**	(50.609)
	3.531	16.599	**(40.002)**	(50.609)
Valor adicionado bruto	**3.531**	16.599	**32.530**	16.613
Retenções				
Depreciação e amortização	**(212)**	(262)	**(277)**	(320)
	(212)	(262)	**(277)**	(320)
Valor adicionado, líquido, gerado pela Companhia	**3.319**	16.337	**32.253**	16.293
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**(850.290)**	(650.461)	**(30)**	(151)
Receitas financeiras	**822**	18.498	**2.078**	149.977
Outras receitas	**-**	24	**-**	(11.703)
	(849.468)	(631.939)	**2.048**	138.123
Valor adicionado total a distribuir	**(846.149)**	(615.602)	**34.301**	154.416
Distribuição do valor adicionado				
Empregados:				
Remuneração direta	**192**	6.764	**1.220**	7.570
Benefícios	**167**	227	**654**	636
FGTS	**296**	10	**495**	81
	655	7.001	**2.369**	8.287
Tributos:				
Federais	**(133)**	(58.752)	**4.766**	(51.014)
Estaduais	**-**	28	**30**	82
Municipais	**17**	16	**9.957**	7.298
	(116)	(58.708)	**14.753**	(43.634)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	**9.981**	14.663	**887.156**	789.218
Variação cambial	**(6)**	1.081	**(11.701)**	(18.335)
Outras remunerações	**-**	-	**71**	49
	9.975	15.744	**875.526**	770.932
Remuneração de capitais próprios				
Participação dos acionistas não controladores	**-**	-	**(1.684)**	(1.530)
Prejuízo líquido do período	**(856.663)**	(579.639)	**(856.663)**	(579.639)
	(856.663)	(579.639)	**(858.347)**	(581.169)
Valor adicionado total distribuído	**(846.149)**	(615.602)	**34.301**	154.416

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Contexto Operacional

Fundada em 2007, a OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial (OSX e/ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objeto a participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, dedicadas ao setor de equipamentos e serviços para a indústria *offshore* de óleo e gás natural, com atuação integrada nos segmentos de construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e serviços de operação e manutenção (O&M). Desde março de 2010, a Companhia tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado da B3, sob o código OSXB3.

Em função da situação conjuntural da Companhia, impedida de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, em 8 de novembro de 2013 foi aprovado o pedido de recuperação judicial da OSX. O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado pelos credores em dezembro de 2014, tinha como objetivo permitir que a Companhia buscasse meios para a liquidação do seu endividamento e a obtenção de novos recursos, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades e de suas subsidiárias.

Em 24 de novembro de 2020 foi proferida sentença pela 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ nos autos do processo de Recuperação Judicial, que declarou o seu encerramento. Tal sentença foi objeto de embargos de declaração e em 18 de março de 2022 foi proferida sentença confirmando o encerramento da Recuperação Judicial.

Processo da 1ª recuperação judicial

O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Açu e OSX Serviços Operacionais Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos. A publicação da homologação dos Planos ocorreu no dia 8 de janeiro de 2015.

A íntegra dos planos aprovados está disponível nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.osx.com.br).

Readequação do plano de negócios da UCN Açu

Conforme definido no Plano da 1ª Recuperação Judicial a OSX revisou o plano de negócios relativo ao desenvolvimento da UCN Açu como parte do redimensionamento de suas atividades operacionais e adequação à sua nova realidade. Neste contexto, permanece em vigor o contrato de gestão de área celebrado com a PdA cujo objetivo é o gerenciamento da exploração comercial da área total de 3,2 milhões de metros quadrados onde está localizada a UCN Açu.

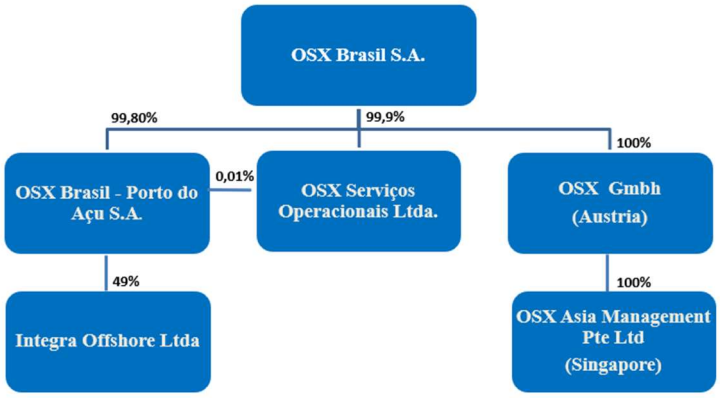
As receitas auferidas pela OSX Açu, incluindo aquelas decorrentes da exploração da área mencionada e os eventuais recursos a que faz jus em razão da participação acionária detida na íntegra, são, obrigatoriamente, depositadas mensalmente em uma conta vinculada ao cumprimento do plano (conta centralizadora). Os recursos depositados na conta centralizadora são transferidos mensalmente para contas vinculadas, para fazer frente às obrigações, respeitada a ordem descrita no plano.

- Reestruturação societária

A OSX promoveu a reestruturação societária do Grupo OSX de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da Recuperação Judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do Plano de Recuperação Judicial.

- Estrutura societária

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



NOVA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COBRANÇA PdA – ARBITRAGEM

Nova Recuperação Judicial

Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX deu um passo importante para sua reestruturação ao emendar a tutela cautelar anteriormente apresentada, que havia suspendido por 60 dias a exigibilidade das obrigações financeiras do Grupo. Dessa forma, apresentou um novo pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Empresarial, conforme a Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de proteger a Companhia contra atos que buscavam o vencimento antecipado das dívidas e assegurar a continuidade das suas operações.

Dois dias depois, em 22 de janeiro de 2024, o Juízo da 3ª Vara Empresarial acolheu o pedido e autorizou o processamento da recuperação judicial do Grupo OSX, representando um marco positivo na busca pela superação dos desafios financeiros e pela continuidade das atividades.

Posteriormente, em 20 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou os termos do Plano de Recuperação Judicial, que foi formalmente apresentado no processo de

recuperação em curso (nº 0132006-60.2023.8.19.0001), na 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O Plano traz medidas que visam não apenas a recuperação, mas também o fortalecimento futuro da Companhia, incluindo:

(i) Equalização do passivo do Grupo OSX e reestruturação de seus créditos concursais, bem como créditos concursais aderentes que desejarem receber seus créditos nos termos do Plano de Recuperação Judicial, adequando-os à capacidade de pagamento do Grupo OSX.

(ii) Possibilidade de captação de novos recursos para recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades, pagamento dos custos de reestruturação e desenvolvimento do seu plano de negócios.

(iii) Possibilidade de aumento do capital social da Companhia ou de outras sociedades do Grupo OSX mediante conversão de dívidas.

No final de novembro de 2024, mais precisamente no dia 26, a Companhia foi intimada de uma decisão cautelar proferida pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial, no âmbito de uma ação ajuizada pela Porto do Açu S.A. (Processo nº 0149430-81.2024.8.19.0001). A decisão determinou: (i) o afastamento dos administradores do Grupo OSX, (ii) a convocação de uma assembleia geral de credores para 17/12/2024, a fim de deliberar sobre a nomeação de um gestor judicial, e (iii) que os locatários da OSX efetuem os pagamentos dos aluguéis em conta judicial vinculada à recuperação judicial do Grupo.

Em seguida, em 04 de abril de 2025, a Companhia teve ciência acerca da decisão proferida pela 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Processo nº 0149430-81.2024.8.19.0001, relacionado à recuperação judicial da OSX e suas controladas (Processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001), determinando que: (i) enquanto as empresas do Grupo OSX permanecerem sob gestão judicial, a eleição de novos administradores em Assembleia Geral Extraordinária não autoriza que os novos representantes exerçam atos de gestão; e (ii) o administrador judicial e atual gestor provisório das Recuperandas deverá convocar assembleia geral de credores para deliberar sobre a eventual nomeação de um gestor das empresas do Grupo OSX.

Em 14 de outubro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral de Credores, tendo como único item da pauta a deliberação para a escolha de novo gestor judicial, nos termos do art. 65 da Lei nº 11.101/2005, ocasião em que, por maioria, restou eleita a Licks Associados para continuidade no cargo.

Em 10 de dezembro de 2025, foi proferida decisão pela 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Processo nº 013200660.2023.8.19.0001, que, entre outras medidas, nomeou Pansieri Advogados, representada pelo Dr. Flávio Pansieri, como observador judicial (*watchdog*).

Em 13 de março de 2026, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida nesta data pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de recuperação judicial da Companhia, na qual foi consignado que o efeito suspensivo anteriormente concedido à decisão que determinou a substituição do Administrador Judicial teve vigência até 22 de janeiro de 2026. Em consequência, foi determinado que o escritório Pansieri Advogados retome a função de Administrador Judicial no processo de recuperação judicial da Companhia, restando cessada a função de observador judicial (watchdog), que havia sido anteriormente atribuída ao referido escritório.

Adicionalmente, foi determinado que o Administrador Judicial apresentasse propostas de datas e minuta de edital para convocação de nova Assembleia Geral de Credores destinada à deliberação sobre o plano de recuperação judicial da Companhia.

Em 10 de junho de 2026, foi dada continuidade à Assembleia Geral de Credores do Grupo OSX, instalada em segunda convocação em 29/05/2026, no âmbito do Processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia, por meio de seu Gestor Judicial, comunicou à Assembleia Geral de Credores que recebeu dos credores Banco BTG Pactual S.A., Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A., Porto do Açu Operações S.A. e Caixa Econômica Federal S.A., solicitação para realizar alterações no atual Plano de Recuperação Judicial, quanto aos seguintes itens: 1. Alteração dos meios de recuperação judicial e 2. Substituição das formas de pagamento. Tendo em vista a necessidade de proceder às alterações solicitadas, bem como analisar seus efeitos no atual Plano de Recuperação Judicial, foi solicitada a suspensão.

Em 24 de Agosto de 2026, a Companhia informou que foi dada continuidade à Assembleia Geral de Credores do Grupo OSX, instalada em segunda convocação em 29/05/2026, no âmbito do Processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido deliberadas as matérias constantes da ordem do dia, incluindo o Plano de Recuperação Judicial e seus respectivos anexos, apresentado pelas Recuperandas.

O Plano de Recuperação Judicial obteve ampla aprovação entre os credores das Classes III – Quirografários e IV – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo sido registrados, respectivamente, 82,61% de aprovação por cabeça e 95,44% de aprovação por valor na Classe III, e 100,00% de aprovação por cabeça na Classe IV. Na Classe I – Créditos Trabalhistas, por sua vez, foi registrado 1 (um) voto contrário à aprovação do Plano e nenhum voto favorável, resultando em 0,00% de aprovação por cabeça.

Em 26 de agosto de 2026, a Companhia protocolou petição nos autos do processo de recuperação judicial nº 0132006-60.2023.8.19.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, requerendo a concessão da recuperação judicial do Grupo OSX mediante a aplicação do instituto do cram down, nos termos do artigo 58, §1º, da Lei nº 11.101/2005.

Por fim, em 30 de setembro de 2026, a Companhia tomou conhecimento da decisão judicial proferida pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001 (“Anexo I”), que deferiu a aplicação do cram down, homologou o Plano de Recuperação Judicial, na versão aprovada pela Assembleia Geral de Credores realizada em 24 de agosto de 2026, e concedeu a recuperação judicial à Companhia e às demais Recuperandas.

A decisão determinou, ainda, o início dos pagamentos aos credores de acordo com as condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, bem como o cumprimento das demais determinações nela previstas.

A versão completa do Plano de Recuperação Judicial aprovado encontra-se disponível para consulta no site da Companhia, no endereço www.osx.com.br.

Cobrança PdA

Em 19 de junho de 2024, a PdA ajuizou contra a OSX a execução de título extrajudicial nº 0877451-26.2024.8.19.0001), distribuída à 42ª Vara Cível da Comarca da Capital/RJ, cobrando o valor de R$ 25.683, quantia lastreada no Instrumento Particular para Cessão do Direito de Uso e Futura Concessão de Direito Real de Superfície, celebrado em 21 de dezembro de 2012.

Em 28 de outubro de 2025, a OSX recebeu a sentença arbitral parcial, que decidiu por acolher as objeções à jurisdição alegadas pela PdA e Prumo para (i) determinar que o Tribunal Arbitral não tem jurisdição para analisar os pedidos relacionados ao contrato de cessão e, assim, retirar os pedidos de revisão e fixação de contraprestação da cessão; e (ii) excluir a Prumo do Procedimento Arbitral, condenando a OSX ao reembolso dos custos e despesas por ela despendidos.

Em 07 de novembro de 2025, a PdA opôs novos embargos de declaração no agravo de instrumento nº 0025330-23.2025.8.19.0000, anunciando fato superveniente, alegando que poderia ensejar na alteração da conclusão do acórdão embargado, apresentando a sentença arbitral parcial. Em seguida, a OSX apresentou sua resposta ao recurso. O feito foi incluído na sessão de julgamento virtual do dia 02 de fevereiro de 2026.

Em 19 de maio de 2026, OSX e PdA requereram a suspensão do Procedimento Arbitral por 60 dias, estabelecendo que, durante esse período, os prazos em curso seriam suspensos. O prazo de suspensão se encerrou em 20 de julho de 2026.

Em 20 de maio de 2026, o Tribunal Arbitral proferiu a Ordem Procedimental nº 09, em que (i) deferiu o pedido das Partes de suspensão da arbitragem pelo prazo de 60 dias, a contar de 19 de maio de 2026; (ii) determinou que os prazos do Calendário Provisório permaneceriam suspensos até futura intimação das Partes sobre ordem do Tribunal para a sua retomada; e (iii) esclareceu que as Partes poderiam, a qualquer tempo, requerer o encerramento da suspensão.

Em 15 de julho de 2026, as Partes requereram, conjuntamente, a prorrogação da suspensão do procedimento por 60 dias corridos, contados a partir da apresentação da referida solicitação.

Por fim, em 17 de julho de 2026, o Tribunal decidiu deferir o pedido de prorrogação da suspensão da arbitragem pelo prazo de 60 dias, contados a partir de 15 de julho de 2026, nos mesmos termos da Ordem Procedimental nº 09. Não tendo movimentação no processo até a data de divulgação deste relatório.

2. Apresentação das Informações Financeiras Individuais e Consolidadas

a) Declaração de Conformidade com as Normas IFRS e as Normas do CPC

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período em 30 de setembro de 2026, foram elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

b) Base de Mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado/patrimônio líquido e da propriedade para investimento.

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e Julgamentos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das informações financeiras da Companhia.

O uso desses fatores é inerente e condição imprescindível na preparação das informações financeiras.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os eventos e estimativas relevantes são:

- Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional
- Nota Explicativa nº 9 – Propriedade para investimentos
- Nota Explicativa nº 17 - Provisão para Contingências

e) Bases utilizadas para elaboração das informações financeiras intermediárias

Os saldos das dívidas foram atualizados conforme os índices estipulados para 1ª Recuperação Judicial. Para fins de classificação dos passivos circulantes e não circulantes foi utilizado o seguinte critério: (a) passivos concursais decorrentes da primeira Recuperação Judicial estão sendo apresentados no não circulante; (b) passivos extraconcursais estão sendo apresentados no circulante; e (c) tributos parcelados estão sendo classificados conforme os prazos acordados tendo em vista não serem parte do Quadro Geral de Credores.

A aprovação da Nova Recuperação Judicial da Companhia em 30 de setembro de 2026 afetará significativamente a posição patrimonial da Companhia apresentada nas informações financeiras intermediárias (ver Nota explicativa 26 – Continuidade operacional). Destacamos as principais áreas em que são esperados impactos, cujos valores serão conhecidos no decorrer da implementação do Plano, como segue:

- redução das dívidas de fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, fianças e partes relacionadas de acordo com o exercício das opções pelos Credores;

- resultado da alienação da UPI a ser criada com a integralização da totalidade dos bens, direitos, ativos operacionais, licenças e contratos vinculados à exploração do Direito de Uso da Área;

- após a implementação do PRJ, as dívidas com a Porto do Açu Operações referentes ao contrato de direito de uso (nota 10 – Direito de Uso) serão consideradas quitadas.

A autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias ocorreu em 12 de novembro de 2026 pelo Gestor Judicial.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes, próprias das informações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

f) Procedimentos de Consolidação

Em 30 de setembro de 2026, a OSX possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro

- OSX Açu

Constituída em 28 de julho de 2009, tem como objeto social original as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil. No ano de 2021, de forma a expandir o potencial de atividades na área da OSX Açu foram inseridas as atividades de administração de infraestrutura portuária e atividades de operador portuário, entre outras. Atualmente este segmento de negócios está dedicado ao aluguel de áreas e desenvolvimento de negócios no Porto do Açu para clientes.

- OSX Serviços

Constituída em 25 de novembro de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, tais como, mas não limitada a, Plataformas Fixas de Produção e/ou Perfuração, unidades Flutuantes de Perfuração ou de Produção, unidades tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading) e unidades do tipo FSO (Floating, Storage and Offloading), além da prestação de serviços de engenharia, incluindo consultoria em engenharia básica, engenharia de detalhamento, FEED (Front End Engineering Detail), e de serviços de consultoria no setor de equipamentos marítimos para atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Atualmente este segmento está inoperante.

Empresas sediadas no exterior

- OSX GmbH (“OSX GmbH”)

Constituída em 22 de outubro de 2009, através da aquisição do capital social da BVSARANTATRIA Beteiligungsverwaltung GmbH, uma sociedade existente e constituída de acordo com as leis austríacas, sediada na Áustria, passando a se denominar OSX GmbH em 19 de novembro de 2009. A empresa tem como objeto social participar em outras sociedades. Atualmente este segmento está inoperante.

- OSX Asia Management Pte. Ltd.

Constituída em 05 de abril de 2012, de acordo com as leis asiáticas, sediada em Cingapura, que tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura. Atualmente este segmento está inoperante.

Empresas consolidadas

A seguir, os percentuais de participação que a OSX possui em suas empresas controladas, os quais, exceto a Integra cujo resultado é reconhecido por equivalência patrimonial, são todos consolidados:

	Percentual de participação	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Controladas diretas		
OSX Açu	**99,80%**	99,80%
OSX Serviços	**99,99%**	99,99%
OSX GmbH	**100,00%**	100,00%
Controlada indireta		
OSX Asia Management Pte. Ltd.	**100,00%**	100,00%

Descrição dos Principais Procedimentos de Consolidação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

ii) Eliminação dos saldos de despesas e receitas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas.

iii) As flutuações de moeda referentes a ativos monetários intercompanhias são reconhecidas como variação cambial na demonstração do resultado da entidade que reporta a informação.

iv) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (ou prejuízos) acumulados das empresas controladas.

v) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do período e do patrimônio líquido que não é detida pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidado e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

vi) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

g) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

Na preparação das informações financeiras intermediárias, a Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para as informações financeiras referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as informações financeiras intermediárias da Companhia.

h) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Recentemente, foram emitidas algumas normas, alterações, interpretações e orientações contábeis adicionais. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma dessas normas e não espera que as normas já emitidas, mas ainda não em vigor, resultem em impacto material nas informações financeiras intermediárias de períodos futuros.

i) Reapresentação de anos anteriores

Durante o processo de elaboração das informações financeiras intermediárias da OSX relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram implementadas correções em determinados registros contábeis relacionados a exercícios anteriores. Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as informações financeiras intermediárias foram reapresentadas retrospectivamente, com a reapresentação dos saldos comparativos afetados.

A reapresentação decorre dos seguintes ajustes: (i) baixa do ativo de direito de uso na OSX Açu decorrente do contrato de cessão de direito de uso de área mantido com a Porto do Açu Operações S.A.; (ii) reconhecimento do passivo de direito de uso na OSX Açu referente ao prazo de renovação automática e (iii) reflexos na provisão para passivo a descoberto e resultado de equivalência patrimonial na OSX Brasil decorrentes dos ajustes mencionados.

Em decorrência desses ajustes, foram reapresentados os saldos comparativos do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, da demonstração do resultado abrangente, da demonstração das mutações do patrimônio líquido, da demonstração dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado.

Os efeitos da reapresentação estão demonstrados nos quadros a seguir, que apresentam os valores originalmente divulgados, os ajustes de reapresentação e os valores reapresentados para a controladora e para o consolidado.

Demonstração do resultado ajustado
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		9 meses findos em			9 meses findos em		
		Demonstração do resultado em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado em 30/09/25 Reapresentado	Demonstração do resultado em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado em 30/09/25 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	20	-	-	-	60.978	-	60.978
Despesas operacionais							
Administrativas e gerais	21	13.081	-	13.081	(62.707)	-	(62.707)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 10	(262)	-	(262)	(11.353)	11.033	(320)
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)		22	-	22	37.712	(49.414)	(11.702)
		12.841	-	12.841	(36.348)	(38.381)	(74.729)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(610.132)	(40.329)	(650.461)	(151)	-	(151)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(597.291)	(40.329)	(637.620)	24.479	(38.381)	(13.902)
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	22	18.498	-	18.498	149.977	-	149.977
Despesas financeiras	22	(15.256)	-	(15.256)	(787.886)	(2.027)	(789.913)
Variação cambial, líquida	22	(1.080)	-	(1.080)	18.335	-	18.335
		2.162	-	2.162	(619.574)	(2.027)	(621.601)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(595.129)	(40.329)	(635.458)	(595.095)	(40.409)	(635.504)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	-	(1.485)	-	(1.485)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	55.819	-	55.819	55.819	-	55.819
Prejuízo líquido do período		(539.310)	(40.329)	(579.639)	(540.761)	(40.409)	(581.170)
Atribuído aos acionistas não controladores:		-	-	-	(1.451)	(79)	(1.530)
Atribuído aos acionistas controladores:	19	(539.310)	(40.329)	(579.639)	(539.310)	(40.329)	(579.639)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R$)	19	(171,32)	(12,81)	(184,13)	(171,78)	(12,35)	(184,13)

Demonstração do resultado ajustado

Período de três meses findos em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		3 meses findos em			3 meses findos em		
		Demonstração do resultado em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado em 30/09/25 Reapresentado	Demonstração do resultado em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado em 30/09/25 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	20	-	-	-	21.789	-	21.789
Despesas operacionais							
Administrativas e gerais	21	(808)	-	(808)	(8.352)	-	(8.352)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 10	(127)	-	(127)	(4.640)	4.493	(147)
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)		-	-	-	35.693	(49.413)	(13.720)
		(935)	-	(935)	22.701	(44.920)	(22.219)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(93.382)	(44.831)	(138.213)	(99)	-	(99)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(94.317)	(44.831)	(139.148)	44.391	(44.920)	(529)
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	22	17.916	-	17.916	149.603	-	149.603
Despesas financeiras	22	(4.627)	-	(4.627)	(278.918)	-	(278.918)
Variação cambial, líquida	22	3	-	3	4.520	-	4.520
		13.292	-	13.292	(124.795)	-	(124.795)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(81.025)	(44.831)	(125.856)	(80.404)	(44.920)	(125.324)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	-	(1.055)	-	(1.055)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	55.819	-	55.819	55.819	-	55.819
Prejuízo líquido do período		(25.206)	(44.831)	(70.037)	(25.640)	(44.920)	(70.560)
Atribuído aos acionistas não controladores:		-	-	-	(434)	(88)	(523)
Atribuído aos acionistas controladores:	19	(25.206)	(44.831)	(70.037)	(25.206)	(44.831)	(70.037)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R$)	19	(8,01)	(14,24)	(22,25)	(8,15)	(14,10)	(22,25)

Demonstração do resultado abrangente ajustado
Período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
		9 meses findos em			9 meses findos em		
	Nota	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Reapresentado	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Reapresentado
Prejuízo líquido do período		(539.310)	(40.329)	(579.639)	(540.761)	(40.409)	(581.170)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	2.827	-	2.827	2.827	-	2.827
Total do resultado abrangente do período		(536.483)	(40.329)	(576.812)	(537.934)	(40.409)	(578.343)
Total do resultado abrangente atribuído a:							
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(1.451)	(79)	(1.530)
Participação dos acionistas controladores		(536.483)	(40.329)	(576.812)	(536.483)	(40.329)	(576.812)

		Controladora			Consolidado		
		3 meses findos em			3 meses findos em		
	Nota	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Reapresentado	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do resultado abrangente em 30/09/25 Reapresentado
Prejuízo líquido do período		(25.206)	(44.831)	(70.037)	(25.640)	(44.920)	(70.560)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	443	-	443	443	-	443
Total do resultado abrangente do período		(24.763)	(44.831)	(69.594)	(25.197)	(44.920)	(70.117)
Total do resultado abrangente atribuído a:							
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(434)	(88)	(522)
Participação dos acionistas controladores		(24.763)	(44.831)	(69.594)	(24.763)	(44.831)	(69.594)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido ajustados
Em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
Conciliação do Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 30 de setembro de 2025	(8.925.364)	(8.942.426)
Ajuste de equivalência dos saldos de abertura	(455.094)	-
Contingência	(4.702)	(5.755)
Ajustes Direito de uso	-	(444.557)
Conciliação do Patrimônio Líquido originalmente reapresentado em 30 de setembro de 2025	(9.375.160)	(9.392.738)

Demonstração do fluxo de caixa ajustado
Em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do fluxo de caixa em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do fluxo de caixa em 30/09/25 Reapresentado	Demonstração do fluxo de caixa em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do fluxo de caixa em 30/09/25 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo líquido do período	(539.310)	(40.329)	(579.639)	(540.761)	(40.409)	(581.170)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais						
Atualização do imposto a recuperar	(280)	-	(280)	(344)	-	(344)
Resultado de equivalência patrimonial	610.132	40.329	650.461	151	-	151
Depreciação e amortização	51	-	51	110	-	110
Amortização do Direito de Uso	211	-	211	11.243	(11.033)	210
AVP Direito de uso	356	-	356	87.838	51.441	139.279
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(1.451)	-	(1.451)
Movimentação na dívida ativa	55.336	-	55.336	37.517	-	37.517
Atualização de fornecedores	328	-	328	16.689	-	16.689
Provisão para contingência	654	-	654	2.169	-	2.169
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	-	-	-	702.215	-	702.215
	127.478	-	127.478	315.376	-	315.376
Variações nos ativos e passivos						
Clientes	-	-	-	(4.545)	-	(4.545)
Depósitos judiciais	-	-	-	(42)	-	(42)
Adiantamentos diversos	(17)	-	(17)	(57)	-	(57)
Despesas antecipadas	(328)	-	(328)	(406)	-	(406)
Obrigações sociais e trabalhistas	6.454	-	6.454	6.529	-	6.529
Fornecedores	1.097	-	1.097	1.569	-	1.569
Obrigações fiscais	(153.436)	-	(153.436)	(275.530)	-	(275.530)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	1.485	-	1.485
Provisão para contingência	-	-	-	2.169	-	2.169
Outros	(482)	-	(482)	(33.084)	-	(33.084)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(146.712)	-	(146.712)	(301.912)	-	(301.912)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(19.234)	-	(19.234)	13.464	-	13.464
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisições/baixas de bens do imobilizado	(1)	-	(1)	(61)	-	(61)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1)	-	(1)	(61)	-	(61)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Débitos com pessoas ligadas assumidos	28.205	-	28.205	(2.077)	-	(2.077)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	28.205	-	28.205	(2.077)	-	(2.077)
Efeito de conversão de moeda sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	2.827	-	2.827
Variação no caixa e equivalentes de caixa	8.970	-	8.970	14.153	-	14.153
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa						
No início do período	186	-	186	614	-	614
No fim do período	9.156	-	9.156	14.767	-	14.767
Variação no caixa e equivalentes de caixa	8.970	-	8.970	14.153	-	14.153

Demonstração do valor adicionado ajustado
Em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
		Demonstração do valor adicionado em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do valor adicionado em 30/09/25 Reapresentado	Demonstração do valor adicionado em 30/09/25 Publicado	Ajustes	Demonstração do valor adicionado em 30/09/25 Reapresentado
Receitas							
Receita de venda de bens e/ou serviços (bruta de impostos)	**1**	-	-	-	67.222	-	67.222
		-	-	-	67.222	-	67.222
Insumos adquiridos de terceiros							
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**7**	16.599	-	16.599	(50.609)	-	(50.609)
		16.599	-	16.599	(50.609)	-	(50.609)
Valor adicionado bruto		16.599	-	16.599	16.613	-	16.613
Retenções							
Depreciação e amortização	**9**	(262)	-	(262)	(11.353)	11.033	(320)
		(262)	-	(262)	(11.353)	11.033	(320)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		16.337	-	16.337	5.260	11.033	16.293
Valor adicionado recebido em transferência							
Resultado de equivalência patrimonial	**11**	(610.132)	(40.329)	(650.461)	(151)	-	(151)
Receitas financeiras	**13**	18.498	-	18.498	149.977	-	149.977
Outras receitas	**13**	24	-	24	36.260	(47.963)	(11.703)
		(591.610)	(40.329)	(631.939)	186.086	(47.963)	138.123
Valor adicionado total a distribuir		**(575.273)**	**(40.329)**	**(615.602)**	**191.346**	**(36.930)**	**154.416**
Distribuição do valor adicionado							
Empregados							
Remuneração direta	**14**	6.764	-	6.764	7.570	-	7.570
Benefícios	**15**	227	-	227	636	-	636
FGTS	**16**	10	-	10	81	-	81
		7.001	-	7.001	8.287	-	8.287
Tributos							
Federais	**17**	(58.752)	-	(58.752)	(51.014)	-	(51.014)
Estaduais	**18**	28	-	28	82	-	82
Municipais	**19**	16	-	16	7.298	-	7.298
		(58.708)	-	(58.708)	(43.634)	-	(43.634)
Remuneração de capitais de terceiros							
Juros	**20**	14.663	-	14.663	787.191	2.027	789.218
Variação cambial	**21**	1.081	-	1.081	(18.335)	-	(18.335)
Outras remunerações	**22**	-	-	-	49	-	49
		15.744	-	15.744	768.905	2.027	770.932
Remuneração de capitais próprios							
Participação dos acionistas não controladores	**25**	-	-	-	(1.451)	(79)	(1.530)
Prejuízo líquido do período	**26**	(539.310)	(40.329)	(579.639)	(540.761)	(38.878)	(579.639)
		(539.310)	(40.329)	(579.639)	(542.212)	(38.958)	(581.170)
Valor adicionado total distribuído		(575.273)	(40.329)	(615.602)	191.346	(36.930)	154.416

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Base de Consolidação

(i) Participação de Acionistas não Controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(iii) Perda de Controle

Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em Entidades Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras consolidada e individual incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(v) Transações Eliminadas na Consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda Estrangeira

(i) Transações em Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

(ii) Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de eventuais operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Investimentos

A Companhia detém o controle ou influência significativa de todas as suas subsidiárias, conforme apresentado na nota explicativa nº 7. Desta forma, seus investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração.

Registrado pelo custo histórico e de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução do valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação.

(iii) Redução ao Valor Recuperável - *Impairment*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

f) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. Vide Nota Explicativa nº 9.

g) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 requer a apresentação dos arrendamentos operacionais no Balanço Patrimonial das Companhias arrendatárias, como custo de amortização dos ativos objetos de direito de uso e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas vigentes à época da contratação dessas transações, sendo este contabilizado na despesa financeira.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa mensurada como mais adequada ao mercado no momento de atualização e revisão das premissas adotadas para o cálculo. O ativo de direito de uso foi reconhecido como Propriedade para investimento tendo em vista sua destinação para renda. A Companhia aplica a isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor.

h) Ativos Não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

i) Instrumentos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos em conformidade com o IFRS 9 e CPC 48 no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros, ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

(iii) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Ativos Financeiros Não-Derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perdas de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no valor justo abaixo do seu custo.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(v) Passivos Financeiros Não Derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

j) Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado no momento da sua realização, para as receitas provenientes dos contratos de locação firmados, as quais são reconhecidas no resultado pelo método linear conforme os respectivos prazos contratuais e da sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$240 (duzentos e quarenta mil) anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente destes tributos, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, onde aplicável, com base nas respectivas alíquotas vigentes na data das informações financeiras individuais e consolidadas.

m) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no exercício apresentado.

n) Demonstração de Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) (IAS 07) “Demonstração dos Fluxos de Caixa”, emitido pelo CPC.

o) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Caixa e bancos	**3**	4	**16**	587
Aplicações Financeiras	**122**	822	**19.456**	8.728
	125	826	**19.472**	9.315

5. Clientes

O saldo da conta de clientes em 30 de setembro de 2026 é representado por montantes oriundos das operações de locação da área do cais e adjacentes do Porto do Açu.

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Contas a receber de locação (i)	**20.548**	10.804
IPTU a receber (ii)	**4.925**	4.607
Outros	**2.446**	2.554
Provisão para Perdas	**(15.680)**	-
	12.239	17.965
Curto Prazo	**8.558**	13.668
Longo Prazo	**3.681**	4.297

(i) Em garantia do Termo de Transação Individual descrito na nota explicativa nº 13 – Obrigações fiscais, foram dadas em garantia as receitas de contrato com clientes que representam aproximadamente 80% da receita acumulada do trimestre findo em 30 de setembro de 2026. Do montante de R$ 27.919 que a Companhia tem a receber de clientes, o valor de R$ 15.680 se encontra em atraso de recebimento pelo cliente Go Tratch.

A Companhia avaliou o risco de realização e decidiu pela constituição de provisão para perdas de liquidação duvidosa.

(ii) Refere-se ao saldo de IPTU repassado aos clientes em 180 meses conforme o fluxo financeiro do parcelamento do IPTU a pagar.

6. Tributos a Recuperar

Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por Saldo Negativo de exercícios anteriores e impostos retidos na fonte. A Companhia tem a expectativa de realização, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a Receita Federal, conforme previsto em lei.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
IRPJ Saldo Negativo	**2.751**	2.609	**2.838**	2.646
IRRF do exercício em curso	**20**	140	**269**	183
IRRF Mútuo	**-**	-	**2**	2
CSLL Base negativa	**-**	1.990	**-**	1.990
Outros créditos	**-**	1	**6**	119
	2.771	4.740	**3.115**	4.940

7. Investimentos

a) Participações Societárias Diretas

	30/09/2026						
Controladas diretas	**Participação**	**Quantidade de ações/ quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)**	**Receita Líquida**	**Lucro (Prejuízo) do período**
OSX Açu	**99,80%**	**45.611.593**	**814.798**	**11.342.123**	**(10.527.325)**	**65.818**	**(856.225)**
OSX Serviços Operacionais	**99,99%**	**36.180**	**145.311**	**73.922**	**71.389**	-	**5.257**
OSX GmbH	**100,00%**	**-**	**843**	**7.424**	**(6.581)**	-	**(1.005)**

	31/12/2025						
Controladas diretas	**Participação**	**Quantidade de ações/ quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)**	**Receita Líquida**	**Lucro (Prejuízo) do exercício**
OSX Açu	**99,80%**	**45.611.593**	802.165	10.473.265	(9.671.100)	82.656	(1.332.860)
OSX Serviços Operacionais	**99,99%**	**36.180**	138.375	72.242	66.133	-	143.457
OSX GmbH	**100,00%**	**-**	822	6.736	(5.915)	-	11.704

b) Participações Societárias Indiretas

	30/09/2026					
Controladas/Investidas indiretas	**Participação**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)**	**Receita Líquida**	**Lucro (Prejuízo) do período**
OSX Asia	**100,00%**	**-**	**1.351**	**(1.351)**	-	**(83)**
Integra Offshore Ltda.	**49,00%**	**40.780**	**34.016**	**6.764**	-	**(63)**

	31/12/2025					
Controladas/Investidas indiretas	**Participação**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)**	**Receita Líquida**	**Lucro (Prejuízo) do exercício**
OSX Asia	**100,00%**	-	1.412	(1.412)	-	7.293
Integra Offshore Ltda.	**49,00%**	41.341	34.515	6.826	-	657

c) Movimentações - Controladora

Controladas	**31/12/2025 Passivo a descoberto**	**Ajustes de conversão**	**Equivalência patrimonial**	**30/09/2026 Passivo a descoberto**
OSX Açu	(9.652.077)	-	(854.541)	(10.506.618)
OSX Serviços Operacionais	66.125	-	5.255	71.380
OSX GmbH	(5.915)	339	(1.005)	(6.581)
Total	**(9.591.867)**	**339**	**(850.290)**	**(10.441.819)**

d) Participação em Entidade de Propósito Específico - EPE

A EPE OSX Asia Management Pte Ltd. é uma sociedade criada de acordo com as leis de Cingapura e suas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 3 (a) – Base de Consolidação.

A controlada OSX Açu detém participação de 49% do capital votante e total da empresa Integra Offshore Ltda. ("Integra"). Conforme o CPC 19, por não possuir o controle da subsidiária, a participação está avaliada como equivalência patrimonial representando o montante de R$3.314 em 30 de setembro de 2026 e R$3.344 em 31 de dezembro de 2025.

e) Garantias Concedidas em Favor das Controladas e Coligadas

As garantias concedidas em favor de controladas e coligadas estão descritas na Nota Explicativa nº 16 - Partes Relacionadas.

8. Imobilizado

a) Composição dos Saldos

	Controladora				
	Taxa de depreciação a.a.%	30/09/2026 Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2025 Líquido
Móveis e utensílios	**10**	**36**	**(12)**	**24**	28
Equipamentos de informática	**20**	**179**	**(148)**	**31**	43
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**20**	**145**	**(131)**	**14**	33
		360	**(291)**	**69**	104

	Consolidado				
	Taxa de depreciação a.a.%	30/09/2026 Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2025 Líquido
Móveis e utensílios	**10**	**830**	**(744)**	**86**	71
Máquinas e equipamentos	**10**	**512**	**(207)**	**305**	343
Equipamentos de informática	**20**	**578**	**(441)**	**137**	142
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**20**	**145**	**(131)**	**14**	34
Instalações gerais	**10**	**261**	**(211)**	**50**	56
		2.326	**(1.734)**	**590**	646

9. Propriedade para Investimento

Compreende a área 3.200.000m² utilizada para exploração comercial decorrente do contrato de concessão para exploração da superfície da área do Porto do Açu, em caráter oneroso, e, consequentemente classificada como Propriedade para Investimento. No final do ano de 2025 a empresa CLA – Clifton Larson Allen Brasil Consultoria Empresarial e Tecnologia da Informação S/S foi nomeada pela OSX Açu para elaboração do laudo de avaliação a valor justo de sua Propriedade Para Investimento, para fins de atendimento ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 28 – Propriedade para Investimento. A avaliação utilizou uma combinação entre a abordagem da renda e de mercado, pelas metodologias da capitalização de renda e método comparativo direto, respectivamente, para concluir sobre o valor da Propriedade para Investimento da OSX Açu na data-base de 30 de setembro de 2026.

Foram utilizados, dentre outras, as seguintes informações e documentos:

- Relatórios gerenciais e projeções econômicas;
- Planta de situação da propriedade;
- Contratos de arrendamento firmados entre a Companhia e seus clientes;
- Visita técnica.
- Outras informações disponibilizadas, inclusive de forma verbal através de reuniões e discussões técnicas com a Administração da Companhia.

Horizonte de Projeção

A avaliação da área da OSX Açu foi realizada considerando um fluxo de caixa projetado para 67 anos e 3 meses , correspondente ao prazo do contrato de arrendamento da área com a Porto do Açu S.A. (Antiga LLX). Após esse exercício a projeção foi encerrada.

Taxa de desconto

Os valores projetados foram descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto real de 9,9% a.a.

Metodologia de Avaliação

Considerando as especificidades do ativo avaliado, na presente avaliação foram consideradas duas metodologias, em conjunto, para se determinar o valor justo da Propriedade para Investimento.

A metodologia utilizada foi a conjugação do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM) e do Método do Fluxo de Caixa Descontado. O MCDDM foi utilizado levantando-se áreas de terminal e/ou retroareas em outros complexos portuários para definir o valor de arrendamento com base no mercado atual. Já o Fluxo de Caixa descontado realizou a projeção dos valores de arrendamento no fluxo de caixa, trazido a valor presente líquido, por uma taxa de desconto adequada. Esse método define o valor do imóvel por meio da comparação com dados mercadológicos de imóveis semelhantes.

A taxa de desconto utilizada no fluxo, foi a da metodologia Weighted Average Cost of Capital (WACC – Custo Médio Ponderado de Capital) composta pela ANTAQ.

O valor presente do fluxo de caixa foi calculado com base em uma projeção que considera uma ocupação do Porto do Açu baseada no atual desenvolvimento de prospecção de novos parceiros interessados em estabelecer-se na área, descontado a uma taxa apropriada que leva em consideração informações históricas e atuais do mercado e o setor de atuação da Companhia.

Com base nas análises realizadas e procedimentos descritos anteriormente, foi estimado um *impairment* de R$354.648 (trezentos e cinquenta e quatro milhões e seiscentos e quarenta e oito mil reais) para a propriedade para investimento no exercício de 2025.

	Valor justo em 31/12/2025	Desvalorização	Valor justo em 30/09/2026
Propriedade para investimento	**651.657**	-	**651.657**
	651.657	-	**651.657**

A propriedade para investimento é avaliada anualmente.

10. Direito de Uso

Direito de uso – Arrendamento - CPC 06 (R2) - IFRS 16

Porto do Açu

A OSX Açu detém contrato de concessão para exploração da superfície da área do Porto do Açu, em caráter oneroso, de uma área de 3.200.000m², celebrado em 21 de dezembro de 2012 com a PdA. Como contraprestação pela Cessão do Uso, bem como pela concessão do Direito de Superfície, conforme o caso, sendo certo que caberá à OSX Açu pagar à PdA mensalmente a contraprestação da cessão do uso ou concessão do direito de superfície no valor de R$2.363 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil reais). O valor dessa contraprestação é fixo e vem sendo ajustado anualmente em 1º de julho, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (IGP-M). O prazo do contrato é de 40 anos, contados a partir da data da assinatura, sendo então vigente até 21 de dezembro de 2052 com renovação automática por mais 40 anos podendo ser cancelado a critério da Companhia. Em 30 de setembro de 2026 o valor da contraprestação é de R$ 3.655.

Importante ressaltar que em 20 de setembro de 2018 o grupo OSX e a Porto do Açu celebraram Termo de Compromisso e Standstill, abstendo-se a PdA de adotar qualquer medida, judicial ou extrajudicial, para exigir do Grupo OSX qualquer das Obrigações do Grupo OSX perante a Porto do Açu, inclusive e, sem se limitar: requerer o vencimento antecipado das Debêntures ou a falência do Grupo OSX; requerer a excussão de garantias; exigir o pagamento de Aluguéis Diferidos ou de aluguéis da Área ou outras obrigações pecuniárias que viessem a vencer durante o Período de Standstill.

Cumpre ressaltar que durante o período de 15 de setembro de 2018 até 19 de outubro de 2023 o Standstill perdurou, ficando o valor do aluguel da área do Porto do Açu suspenso de atualizações durante o referido período.

No final do ano de 2025, a Companhia revisou suas premissas de cálculo e passou a considerar um acréscimo de 40 anos ao prazo contratual, referente à renovação automática prevista. Essa atualização foi realizada com base na visão estratégica, que contempla a continuidade operacional por meio de novos contratos e perspectivas de crescimento sustentável no longo prazo.

Conforme cláusula do Instrumento de Cessão de Direito de Uso, a OSX devolverá a Área do Projeto, de acordo com plano de descomissionamento aprovado pelos órgãos ambientais competentes, livre e desimpedida de pessoas e coisas.

Escritório Rio

A OSX detém contrato de arredamento do escritório onde fica a sede da Companhia no Rio de Janeiro. O contrato foi renovado em agosto de 2025 e seu valor foi ajustado para R$25 mensalmente, sendo ele reajustado anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (IGP-M).

Movimento do exercício, demonstrado abaixo:

	Controladora (Escritório Rio)		Porto do Açu		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Direito de Uso						
Direito de uso	**535**	527	-	-	**535**	527
Amortização	**(286)**	(110)	-	-	**(286)**	(110)
	249	417	-	-	**249**	417
Passivo Circulante						
Direito de uso	**(283)**	(300)	**(504.012)**	(470.450)	**(504.295)**	(470.750)
AVP do Direito de uso	**19**	22	**2.051**	1.988	**2.070**	2.010
	(264)	(278)	**(501.961)**	(468.462)	**(502.225)**	(468.740)
Passivo Não Circulante						
Direito de uso	**-**	(200)	**(2.861.479)**	(2.805.672)	**(2.861.479)**	(2.805.872)
AVP do Direito de uso	**-**	30	**2.413.811**	2.371.638	**2.413.811**	2.371.668
	-	(170)	**(447.668)**	(434.034)	**(447.668)**	(434.204)
Composição do passivo circulante bruto:						
Vencidos de agosto de 2015 a dez de 2018 (*)	**-**	-	**(133.438)**	(133.438)	**(133.438)**	(133.438)
Vencidos de janeiro de 2019 a dez 2025/ set 2026 (*)	**-**	-	**(326.720)**	(294.501)	**(326.720)**	(294.501)
A vencer nos próximos 12 meses	**(283)**	(300)	**(43.854)**	(42.510)	**(44.137)**	(42.810)
	(283)	(300)	**(504.012)**	(470.449)	**(504.295)**	(470.749)

(*) Do saldo circulante, o montante de R$ 460.158 encontra-se vencido em 30 de setembro de 2026. De acordo com o contrato de standstill assinado em 20 de setembro de 2018, não são provisionados juros e mora por atraso. Conforme destacado na nota explicativa nº 1, a PdA notificou a Companhia informando que não prorrogaria o "período do Standstill".

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, caso a Companhia não tivesse adotado o CPC 06(R2) e sim estivesse adotando o modelo recomendado pelas áreas técnicas da CVM – "fluxo nominal x taxa nominal", demonstraremos na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, com o valor do aluguel sofrendo anualmente atualização pelo IGPM.

Nesse caso, o movimento no exercício seria:

	Controladora (Escritório Rio)		Porto do Açu		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Direito de Uso						
Direito de uso	**589**	560	**-**	-	**589**	560
Amortização	**(221)**	(117)	**-**	-	**(221)**	(117)
	368	443	**-**	-	**368**	443
Passivo Circulante						
Direito de uso	**(283)**	(305)	**(504.463)**	(471.349)	**(504.746)**	(471.654)
AVP do Direito de uso	**19**	22	**2.086**	2.049	**2.105**	2.071
	(264)	(283)	**(502.377)**	(469.300)	**(502.641)**	(469.583)
Passivo Não Circulante						
Direito de uso	**-**	(209)	**(12.681.432)**	(13.789.931)	**(12.681.432)**	(13.790.140)
AVP do Direito de uso	**-**	31	**11.909.560**	13.011.757	**11.909.560**	13.011.788
	-	(178)	**(771.872)**	(778.174)	**(771.872)**	(778.352)

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Salários e honorários	**107**	79	**169**	84
Encargos sobre folha de pagamento	**205**	145	**297**	429
Provisão de férias	**74**	59	**313**	204
Encargos sobre acordos trabalhistas	**-**	-	**77**	88
	386	283	**856**	805

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores concursais (i)	**26.904**	26.522	**1.566.473**	1.529.024
Fornecedores extraconcursais	**5.517**	4.708	**8.375**	7.747
Provisão de fornecedores	**1.232**	-	**16.412**	8.077
	33.653	31.230	**1.591.260**	1.544.848
Circulante	**6.749**	4.708	**24.787**	15.824
Não circulante	**26.904**	26.522	**1.566.473**	1.529.024

(i) Estão associados aos valores a pagar listados no quadro de credores do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de credores em 17 de dezembro de 2014. Dentre os principais fornecedores, destacamos: Acciona Infraestruturas S.A, AGF Engenharia e SPE Central de Utilidades Rio S.A. Em 30 de setembro de 2026, com base nas previsões do Plano da 1ª Recuperação Judicial, a Companhia realizou a correção monetária pelo IPCA dos valores listados no Quadro Geral de Credores.

13. Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações da empresa relativas a impostos, taxas e contribuições da Companhia.

As obrigações fiscais possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
IPTU (*)	**-**	-	**13.058**	6.221
ISS faturamento	**-**	-	**-**	1
PIS/COFINS/CSLL retidos de terceiros	**6**	471	**26**	5.288
IRPJ	**-**	-	**-**	238
Parcelamentos Tributários – CP	**5.844**	1.397	**16.807**	12.438
Parcelamentos Tributários - LP	**17.033**	24.064	**70.040**	112.778
ICMS	**-**	-	**3**	1
ISS Terceiros	**-**	-	**12**	14
PIS/COFINS Faturamento	**2**	3	**759**	789
IOF	**-**	-	**50**	36
CSLL	**-**	-	**-**	86
IRRF	**2**	2	**9**	11
Outros	**871**	782	**873**	781
	23.758	26.719	**101.637**	138.682
Circulante	**6.725**	2.655	**31.597**	25.904
Não circulante	**17.033**	24.064	**70.040**	112.778

(*) Saldo composto por R$3.542 do exercício de 2026 e R$9.516 referente a IPTU dos exercícios de 2024 e 2025 que se encontram em discussão com exigibilidade suspensa.

Os parcelamentos tributários da Companhia são referentes a transação tributária com a PGFN, Refis Estadual com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e Refis Municipal com a Prefeitura de São João da Barra, Prefeitura do Rio de Janeiro e Prefeitura de Arraial do Cabo. Em 30 de setembro de 2026 a composição é:

Curto Prazo	**Controladora**	**Consolidado**
Parcelamento Federal	**5.787**	**5.787**
Parcelamento Estadual	**-**	**151**
Parcelamento Municipal	**57**	**10.869**
Total	**5.844**	**16.807**

Longo Prazo	**Controladora**	**Consolidado**
Parcelamento Federal	**16.785**	**16.785**
Parcelamento Estadual	**-**	**2.039**
Parcelamento Municipal	**249**	**51.216**
Total	**17.033**	**70.040**

O REFIS com a Prefeitura de São João da Barra é referente ao parcelamento de IPTU, e em atendimento ao CPC 12, os saldos do passivo foram mensurados pelo seu valor presente, a composição do saldo em 30/09/2026 apresenta-se da seguinte forma:

	30/09/2026
Passivo Circulante	
Parcelamento IPTU	**3.873**
AVP Parcelamento IPTU	**(280)**
	3.594
Passivo não Circulante	
Parcelamento IPTU	**50.355**
AVP Parcelamento IPTU	**(30.289)**
	20.066

14. Empréstimos e Financiamentos

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia:

		Consolidado	
Instituições financeiras	**Taxa de juros**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
BTG Pactual	**CDI + 2,00%**	**557.519**	497.401
Caixa Econômica Federal/FMM	**TJLP + 4,00%**	**2.330.322**	2.125.166
Total de empréstimos e financiamentos		**2.887.841**	2.622.567
(-) Custo de transação a apropriar Caixa Econômica/FMM		**(6.708)**	(7.453)
		(6.708)	(7.453)
Total de empréstimos e financiamentos com custos de transação a apropriar		**2.881.133**	2.615.114

Fianças BTG

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Fianças a pagar	**127.866**	116.198
	127.866	116.198

15. Debêntures

Em 18 de dezembro de 2015 a OSX Açu emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas conforme quadro abaixo. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo Logística S.A. ("Prumo") foram convertidos em debêntures, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em 30 de setembro de 2026 a Companhia apresenta os seguintes saldos:

	Consolidado			
	Data de emissão	Taxa de juros (a.a.)	30/09/2026	31/12/2025
Série				
1ª Série (i)	15/01/2016	CDI + 2,00%	**59.137**	52.761
2ª Série (ii)	08/01/2015	CDI	**3.200.630**	2.896.201
3ª Série (iii)	15/01/2016	CDI + 2,00%	**36.098**	32.208
4ª Série (iv)	08/01/2015	CDI	**2.206.470**	1.996.601
5ª Série (v)	15/01/2016	CDI + 2,00%	**7.145**	6.373
6ª Série (vi)	11/11/2013	CDI + 1,80%	**84.282**	76.268
Total			**5.593.762**	5.060.412

(i) Debêntures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com novos recursos (DIP).
(ii) Debêntures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com créditos concursais.
(iii) Debêntures subscritas pela Prumo com novos recursos (DIP).
(iv) Debêntures subscritas pela Prumo com créditos concursais / extraconcursais.
(v) Debêntures subscritas pelo Santander com novos recursos (DIP).
(vi) Debêntures subscritas pelo Santander com créditos concursais.

Compra Parcial dos Créditos do Banco Votorantim e Banco Santander pela Wessel FIDC.

O Wessel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados firmou contratos

de cessão de crédito envolvendo as Debêntures OSX da 2ª Série originalmente detidas pelo Banco Votorantim e as Debêntures OSX da 2ª e da 6ª Séries originalmente detidas pelo Banco Santander, passando a figurar como titular de parte dos respectivos créditos.

Em razão dessas cessões, foi ajuizada impugnação de crédito visando à retificação do Quadro Geral de Credores, a qual foi julgada procedente em 16 de maio de 2025, determinando a individualização dos créditos em favor do Wessel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados. Até a data de divulgação destas informações financeiras intermediárias, o Quadro Geral de Credores ainda não havia sido atualizado.

Em 2 de outubro de 2025, o Wessel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados, representado por sua gestora Reag Portfólio Solutions Ltda., apresentou, nos autos da recuperação judicial do Grupo OSX, termo de cessão da totalidade de seus créditos à Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A., abrangendo todos os direitos e obrigações a eles relacionados. O pedido de substituição do credor ainda não foi apreciado pelo Juízo da recuperação judicial.

16. Partes Relacionadas

16.1 Controladora e Consolidado

O controle da Companhia é detido pela Centennial Asset Mining Fund LLC ("CAMF") e por Eike Fuhrken Batista, que, conjuntamente, detêm aproximadamente 49,42% das ações ordinárias. A CAMF é controlada por Eike Fuhrken Batista.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2026, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, foram conforme se descreve a seguir:

a) Empresas Ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas, com as quais mantém alguma transação: CAMF, EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda. (em conjunto "EBX"), AVX Táxi Aéreo Ltda. ("AVX"), OSX Açu, OSX Serviços, SIX Automação S.A. ("SIX Soluções"). Sobre esses valores não incidem juros. Não há movimentação financeira com empresas fora do Grupo OSX.

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025
Centennial	**-**	-	**(51.665)**	(51.665)	**-**	-
Eike Batista	**-**	-	**(19.725)**	(19.725)	**-**	-
Six Soluções (iii)	**-**	-	**(15.945)**	(15.945)	**-**	-
OSX Açu	**60.136**	60.870	**(109.177)**	(104.803)	**-**	-
OSX Serviços Operacionais	**49.383**	49.277	**(145.019)**	(137.942)	**-**	-
OSX Asia	**24**	21	**-**	-	**-**	-
AVX (ii)	**-**	-	**(303)**	(303)	**-**	-
Instituto EBX	**-**	-	**(438)**	(438)	**-**	-
EBX (i)	**-**	-	**(11.133)**	(11.133)	**-**	-
OSX GMBH	**6.703**	5.310	**(52)**	(52)	**-**	-
	116.246	115.478	**(353.457)**	(342.006)	**-**	-
Circulante	**-**	-	**343.447**	331.996	**-**	-
Não Circulante	**116.246**	115.478	**10.010**	10.010	**-**	-

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025
Centennial	**-**	-	**(51.665)**	(51.665)	-	-
Eike Batista	**-**	-	**(19.725)**	(19.725)	**-**	-
EBX (i)	**-**	-	**(16.929)**	(16.929)	**-**	-
AVX (ii)	**-**	-	**(303)**	(303)	**-**	-
Instituto EBX	**-**	-	**(438)**	(438)	**-**	-
SIX Soluções (iii)	**-**	-	**(18.208)**	(18.208)	**-**	-
Integra	**-**	-	**(3.006)**	(3.006)	**-**	-
LLX Açu Oper. Port. SA (iv)	**-**	-	**(1.426)**	(1.426)	**-**	-
	-	-	**(111.700)**	(111.700)	**-**	-
Circulante	**-**	-	**91.164**	91.164	-	-
Não Circulante	**-**	-	**20.536**	20.536	-	-

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2026, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras diretas e indiretas e com empresas ligadas para os respectivos tipos de operações conforme descrito abaixo:

(i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos e serviços administrativos firmados entre a OSX e suas controladas, a EBX Investimentos Ltda. e a EBX Holding Ltda.(“EBX”).

(ii) Refere-se a serviços prestados pela AVX relativos à utilização de táxi aéreo.

(iii) Refere-se ao saldo de contas a pagar que OSX Açu possui com a SIX, relativo aos serviços prestados de integração, implementação e suporte de software.

(iv) Refere-se ao acordo de compartilhamento de custos administrativos firmado entre as companhias.

16.2 Garantias

i. Garantia Bancária, prestada pela OSX Açu, emitida pelo Banco BTG Pactual à CEF, no montante de R$159.000, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante. A OSX está vinculada como devedora solidária da OSX Açu. Vale ressaltar que a referida garantia se esgotou em janeiro de 2020, sendo certo que o valor residual será pago na forma do Plano de Recuperação Judicial.

ii. Carta de Fiança, prestada pela OSX Açu, emitida pelo Sr. Eike Fuhrken Batista à CEF, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante no montante da totalidade da dívida.

16.3 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Desta forma, os montantes referentes à remuneração anual da Diretoria e Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	30/09/2026	31/12/2025
Remuneração Diretoria (*)	-	129
Honorários do Conselho de Administração	-	-
	-	129

(*) Considera o total de benefícios (plano de saúde, odonto e vida).

A administração da Companhia foi destituída ficando a gestão da Companhia a cargo do Gestor Judicial.

17. Provisão para Contingências

a) Contingências Prováveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações decorrentes do curso normal de suas operações, cujas perdas são avaliadas como provável, como segue:

	Controladora				
	31/12/2025	**Provisão (+)**	**Reversão (-)**	**Atualização (+/-)**	**30/09/2026**
Cíveis(i)	28.570	-	(6.000)	727	**23.297**
Trabalhistas	805	-	(800)	40	**45**
	29.375	-	(6.800)	767	**23.342**

	Consolidado					
	31/12/2025	**Provisão(+)**	**Reversão(-)**	**Pagamento (-)**	**Atualização (+/-)**	**30/09/2026**
Cíveis (i)	31.544	-	(6.000)	-	1.043	**26.587**
Ambientais (ii)	76.916	-	-	-	-	**76.916**
Trabalhistas	10.171	-	(1.791)	-	396	**8.776**
	118.631	-	(7.791)	-	1.439	**112.279**

b) Contingências Possíveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal das operações, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Cíveis (i)	**11.313**	7.900	**15.165**	15.225
Tributário (iii)	**23.329**	20.934	**950.389**	943.781
	34.642	28.834	**965.554**	959.006

(i) As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas, em maior parte, às impugnações de crédito no processo de recuperação judicial.

(ii) As causas ambientais estão relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açu.

(iii) O montante de contingências possíveis tributárias inclui os seguintes principais processos. Eventuais desfechos negativos afetariam materialmente as informações financeiras intermediárias:

(a) Auto de Infração lavrado visando à cobrança do Imposto sobre a Importação, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/PASEP Importação, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS/Importação e do Adicional do Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, em virtude do

suposto descumprimento de regime de drawback suspensão concedido pelo Ato Concessório nº 2015.001526-7 pelo fato do casco da embarcação ter sido parcialmente incorporado em estaleiro situado no exterior mediante a utilização de insumos nacionais no montante de R$ 749.970;

(b) Auto de Infração lavrado visando à cobrança da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, apuradas segundo o regime não cumulativo, apuradas no ano calendário de 2015, em virtude da suposta anulação da inscrição do casco da embarcação denominada "Sapura Esmeralda" perante o Tribunal Marítimo no montante de R$ 172.188. Os advogados responsáveis pelo processo reavaliaram a situação do processo e concluíram que as chances de perda é provável na esfera administrativa (CARF) e possível na esfera judicial.

Em função dos processos em curso, a Companhia possui depósitos judiciais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Cíveis	**-**	-	**831**	831
Tributário	**240**	-	**622**	383
Trabalhistas	**-**	-	**223**	223
	240	-	**1.676**	1.437

18. Patrimônio Líquido (Controladora)

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2026, o capital social da Companhia estava dividido em 3.148.038 (três milhões, cento e quarenta e oito mil e trinta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2026 é de R$35.264 com a seguinte composição acionária:

Composição acionária	30/09/2026			
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
Centennial Asset Mining Fund LLC.	709.459	22,54	709.459	22,54
Centennial Asset Mining Fund LLC – Itau Unibanco S.A.	453.801	14,42	453.801	14,42
Eike Fuhrken Batista	392.612	12,47	392.612	12,47
Roberto Lombardi de Barros	304.000	9,66	304.000	9,66
Demais acionistas	1.288.166	40,91	1.288.166	40,91
Total	**3.148.038**	**100,00**	**3.148.038**	**100,00**

b) Custo na Emissão de Ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do Patrimônio Líquido. Estes custos se referem à comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

d) Ajustes de Conversão de Moeda Estrangeira

Representados pelo registro contábil da variação cambial da controlada OSX GmbH.

19. Prejuízo por Ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, em 30 de setembro 2026, e na respectiva quantidade média de ações em circulação neste exercício, comparativamente a 30 de setembro de 2025, conforme o quadro abaixo:

	Controladora	
	30/09/2026	**30/09/2025**
	Ordinárias	**Ordinárias**
Numerador		**Reapresentado**
Resultado atribuível aos acionistas controladores	**(856.663)**	(579.639)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	**(1.684)**	(1.530)
Denominador		
Média ponderada de ações	**3.148.038**	3.148.038
Resultado por ação (em R$) - básico e diluído	**(272,13)**	(184,13)

20. Receita Operacional Líquida

A Controladora não apresentou receita no período abaixo mencionado. Contudo, sua controlada, a empresa OSX Açu, obteve receita advinda da exploração comercial de uma área total de 3.200.000 metros quadrados, onde se encontra localizada a UCN Açu.

A receita decorrente da cessão onerosa do direito real de superfície, ou de acordo análogo à atividade de arrendamento, é reconhecida no resultado pelo método linear, de acordo com o prazo contratual e conforme sua realização. No terceiro trimestre de 2026, dois clientes correspondem a 86% da receita da Companhia. Tal condição pode representar um fator relevante de risco em caso de eventual perda desses clientes.

	Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**
Receita de aluguel e/ou serviços	**72.532**	67.222
(-) Impostos incidentes sobre as receitas	**(6.714)**	(6.244)
	65.818	60.978

Os contratos da Companhia atendem a instalação de projetos, na sua maior parte, de longo prazo. Os projetos dos clientes requerem a obtenção de licenças previamente à operação, bem como, requerem a realização de investimentos para adequar as áreas locadas. A Companhia concede carências e prazos para o início dos pagamentos conforme a análise dos projetos. Os projetos mudam ao longo de sua execução sendo necessários ajustes (mediante Aditivos contratuais) com relação aos prazos e áreas contratadas. A Administração entende que o reconhecimento pela linearidade desde o início do contrato não é aplicável tendo em vista o risco de cancelamento do contrato por conta de não aprovação ambiental ou não execução dos investimentos necessários. O reconhecimento da receita de aluguel é efetuado quando considerado provável o ingresso do recurso financeiro.

21. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Despesas com pessoal	**(714)**	(7.043)	**(2.751)**	(8.594)
Despesas com propaganda e publicidade	**-**	(53)	**(258)**	(454)
Constituição/Reversão de provisão (*)	**6.499**	27.302	**(3.951)**	(8.585)
Serviços contratados	**(1.843)**	(6.233)	**(27.437)**	(33.283)
Despesas de viagem	**1**	(5)	**(166)**	(296)
Despesas de aluguéis	**(48)**	(46)	**(185)**	(306)
Despesas com seguro	**(380)**	(351)	**(969)**	(896)
Despesas com multas	**(1)**	(33)	**(31)**	(36)
Despesas com impostos, taxas e contribuições	**(95)**	(122)	**(11.097)**	(8.552)
Outras despesas	**(209)**	(335)	**(1.774)**	(1.705)
	3.210	13.081	**(48.619)**	(62.707)

(*) Em 2025, a Receita Federal emitiu despacho cancelando a inscrição em dívida ativa de auto de infração de IRPJ e CSSL no montante de R$27.990.

22. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Despesas financeiras				**Reapresentado**
Multa e Juros passivos	**(9.948)**	(14.663)	**(858.143)**	(747.592)
Desconto concedido	**-**	-	**-**	1
IOF	**(197)**	(602)	**(290)**	(524)
Amortização custo de transação empréstimo	**-**	-	**(745)**	(646)
Apropriação do AVP arrendamento	**(33)**	9	**(47.168)**	(30.587)
Outras despesas financeiras	**(21)**	-	**(72)**	(48)
Despesas com fiança	**-**	-	**(11.669)**	(10.517)
	(10.199)	(15.256)	**(918.087)**	(789.913)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	**33**	454	**1.239**	547
Juros ativos	**566**	471	**-**	39
Descontos obtidos (*)	**-**	17.317	**599**	149.114
Outros	**223**	256	**240**	277
	822	18.498	**2.078**	149.977
Variação cambial líquida	**6**	(1.080)	**11.701**	18.335
Resultado financeiro, líquido	**(9.371)**	2.162	**(904.308)**	(621.601)

(*) Em 2025 foram registrados os descontos obtidos sobre juros e multas de dívida ativa conforme Termo de Transação Individual descrito na nota explicativa nº 13 – Obrigações fiscais.

23. Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL")

23.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados

A conciliação do IRPJ/CSLL apurados conforme alíquotas nominais vigentes e os valores dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Prejuízo antes do IR e CSSL	**(856.663)**	(635.458)	**(856.847)**	(635.503)
Alíquota de acordo com legislação vigente	**34%**	34%	**34%**	34%
IR e CSLL de acordo com alíquota vigente	**291.265**	216.056	**291.328**	216.071
Adições/Exclusões (ajustes na base tributável)				
Outras despesas não dedutíveis	**(14)**	3.593	**(21.147)**	34.825
Contingências Passivas	**2.052**	8.052	**2.206**	(4.285)
Resultado de equivalência patrimonial	**(289.099)**	(221.157)	**(10)**	(51)
Receita (Despesas) de IR e CSLL apurados	**4.204**	6.544	**272.377**	246.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos usados / não constituídos	**(4.204)**	49.275	**(273.877)**	(192.225)
Receita (Despesa) de IR e CSLL contabilizados	**-**	55.819	**(1.500)**	54.334
IR e CSLL corrente do período	**-**	-	**(1.500)**	(1.485)
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos e base negativa usados no exercício (*)	**-**	55.819	**-**	55.819
Total IR e CSLL	**-**	55.819	**(1.500)**	54.334

(*) valor referente aos créditos de prejuízo fiscal e base negativa utilizados como parte do pagamento para adesão na transação fiscal com a PGFN em julho de 2025 (nota explicativa nº13 – Obrigações Fiscais).

Para fins de apuração de IRPJ e CSLL, o regime de tributação adotado pela Companhia e suas controladas é o lucro real anual.

A apuração de IRPJ das empresas estrangeiras é efetuada com observância à legislação fiscal dos respectivos países.

23.2 Exigências Fiscais e Tributárias

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de 5 anos. Outros Impostos, Taxas e Contribuições estão, também, sujeitos as mesmas condições, conforme a legislação aplicável. Tendo em vista as frequentes interpretações relacionadas com a legislação, não é possível assegurar a aprovação definitiva dos impostos e contribuições.

24. Instrumentos Financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de monitoramento consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

	Controladora			
	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor Justo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	**125**	**125**	826	826
Depósitos judiciais	**240**	**240**	-	-
Partes relacionadas	**116.246**	**116.246**	115.478	115.478
Passivos				
Fornecedores	**33.653**	**33.654**	31.230	31.230
Partes relacionadas	**353.457**	**353.457**	342.006	342.006

	Consolidado			
	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor Justo	**Valor Contábil**	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	**19.472**	**19.472**	9.315	9.315
Clientes	**12.239**	**12.239**	17.965	17.965
Depósitos judiciais	**1.676**	**1.676**	1.437	1.437
Passivos				
Fornecedores	**1.591.260**	**1.591.260**	1.544.848	1.544.848
Partes relacionadas	**111.700**	**111.700**	111.702	111.702
Debêntures	**5.593.762**	**5.593.762**	5.060.412	5.060.412
Empréstimos e financiamentos	**2.881.133**	**2.881.133**	2.615.114	2.615.114

24.1 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

24.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros.

24.2.1 Risco de Mercado

Risco de variação nas taxas de câmbio e de juros.

24.2.1.1 Risco Cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

Gerenciamento de risco cambial

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas controladas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos.

24.2.2 Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. A Companhia realiza aplicações financeiras automáticas e a exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras e contas a receber.

Quadro de risco de crédito controladora	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	**125**	826
	125	826

Quadro de risco de crédito consolidado	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	**19.472**	9.315
Clientes	**12.239**	17.965
	31.711	27.280

24.2.3 Risco de Liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, suficiente para manutenção das operações. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Açu e OSX Serviços, ajuizou pedido de recuperação judicial, em 11 de novembro de 2013, cuja decisão de deferimento do processamento do pedido foi publicada no dia 28 de novembro de 2013. No dia 17 de dezembro de 2014 ocorreu, em Assembleia Geral de Credores, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial , sendo a mesma homologada em 19 de dezembro de 2014 com data de publicação no dia 8 de janeiro de 2015. Dessa forma, os pagamentos de partes das obrigações da Companhia estão sendo tratados segundo os termos previstos no Plano. A Companhia possui créditos extraconcursais, impostos e arrendamento em atraso para os quais a administração vem atuando para a reestruturação de seus passivos. Em função do fim do período de Standstill e da situação financeira, a Companhia requereu nova Recuperação Judicial em 20 de janeiro de 2024 sendo deferida em 22 de janeiro de 2024 de forma a reestruturar suas dívidas.

24.2.4 Riscos Fiscais

As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

24.2.5 Risco de taxa de juros e inflação

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações de taxas de juros e inflação que aumentem as despesas financeiras relativas às dívidas indexadas. As dívidas foram consolidadas na Recuperação Judicial e afetarão o caixa no longo prazo.

25. Cobertura de Seguros (Não auditado)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Riscos operacionais		
Danos materiais	**43.873**	43.873
Responsabilidade civil de administradores	**40.000**	40.000
	83.873	83.873

26. Continuidade Operacional

A OSX tem avançado em seu processo de reestruturação econômico-financeira no contexto da nova recuperação judicial, reforçando seu compromisso com a continuidade das atividades e a preservação de valor para os investidores.

A aprovação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo OSX pela Assembleia Geral de Credores, em 24 de agosto de 2026, e sua homologação judicial, em 05 de outubro de 2026, representam marcos importantes no processo de reestruturação econômico-financeira da Companhia. O Plano contempla medidas voltadas à reorganização das atividades, à reestruturação do passivo e à continuidade operacional do Grupo.

O Plano estabelece condições específicas para a reestruturação dos créditos sujeitos aos seus efeitos, incluindo descontos, prazos estendidos e alternativas de liquidação, conforme a natureza dos créditos e as opções aplicáveis a cada classe de credores. Essas medidas buscam promover o reequilíbrio da estrutura financeira da Companhia, adequando suas obrigações às condições previstas no Plano e favorecendo a continuidade de suas atividades.

Entre as principais medidas previstas, destaca-se a constituição da NewCo, sociedade de propósito específico que receberá os bens, direitos, ativos, contratos, licenças e demais elementos vinculados à operação da UCN Açu, compondo a Unidade Produtiva Isolada denominada UPI NewCo. Essa estrutura visa organizar os ativos operacionais e viabilizar sua alienação, nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

A OSX envidará seus melhores esforços para implementar as medidas previstas no Plano, incluindo a conclusão da alienação da UPI NewCo e o cumprimento das demais condições estabelecidas, com o objetivo de avançar na reorganização financeira, fortalecer suas operações e favorecer a continuidade de suas atividades.

O Plano de Recuperação Judicial, em sua íntegra, encontra-se disponível no website da Companhia (www.osx.com.br), para consulta dos acionistas, credores e demais interessados.

O grupo OSX reafirma seu compromisso com a continuidade das operações, segurança jurídica e preservação de valor para acionistas e credores.

27. Operação Lava Jato e outros assuntos criminais envolvendo acionista controlador

A Companhia esclarece que não lhe são imputáveis quaisquer fatos ou atos relacionados à 34ª fase da Operação Lava Jato, realizada em 22 de setembro de 2016. Cumpre esclarecer que o objeto de tal operação versou sobre contrato firmado pela Integra - sociedade com personalidade jurídica própria e na qual a Companhia detém participação minoritária – para a construção das plataformas P-67 e P-70 da Petrobras. A Companhia não foi parte deste contrato, tampouco detém qualquer conhecimento a respeito da instauração de inquérito ou oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Federal. A esse respeito, à época dos fatos, a Companhia prestou, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis, todas as informações que lhe foram solicitadas, no que tange à Integra, tendo atuado de forma cooperativa com as autoridades competentes.

A Companhia e sua administração ressaltam, também, que não possuem qualquer relação ou envolvimento com os fatos referentes ao mandado de prisão temporária cumprido contra o Sr. Eike Batista, no dia 08 de agosto de 2019 (revogado no dia 10 de agosto de 2019, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região), conforme amplamente noticiado por diversos veículos de comunicação, mandado este expedido no âmbito do inquérito aberto pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, para apurar supostos crimes de manipulação de mercado e utilização de informação privilegiada praticados pelo Sr. Eike Batista nos anos de 2010 e 2011. Ressaltamos que a Companhia não é investigada nesse inquérito.

Destaca-se, ainda, que não são afetados pelos efeitos da sentença de primeira instância proferida em junho de 2020 pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que condenou o Sr. Eike Batista a oito anos de reclusão em regime inicial semiaberto, por manipulação de mercado, praticada no ano de 2009, além do pagamento de multa no valor equivalente a 10.500 salários mínimos, e tampouco possuem relação ou envolvimento com quaisquer atos ou fatos atribuídos ao Sr. Eike Batista no âmbito deste processo. A Companhia também não é parte neste processo.

Igualmente, no que diz respeito à sentença exarada pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, no ano de 2019, nos autos da ação penal nº 0042650-05.2014.4.02.5101 – que culminou na condenação do Sr. Eike Batista, a uma pena de oito anos e sete meses de reclusão em regime inicial fechado, mais multa equivalente a 4.200 salários mínimos e reparação pecuniária no valor de R$82.829, pelo cometimento dos crimes de manipulação de mercado e *insider trading* no ano de 2013 –, muito embora o plano de fundo da imputação faça menção à Companhia, é de suma importância destacar que a Companhia jamais foi parte no aludido processo e que a condenação de primeira instância proferida no ano de 2019 não possui qualquer efeito danoso aplicável ou atribuível a ela ou à sua administração.

Reitera-se que, embora a Companhia seja citada em algumas notícias relacionadas aos fatos anteriormente referidos, tais fatos nunca lhe foram imputáveis, não tendo sido a Companhia parte em qualquer dos inquéritos ou processos criminais relacionados ao Sr. Eike Batista. De toda forma, a Companhia segue atenta às notícias e eventuais desdobramentos sobre os fatos acima mencionados, que possam vir a afetar suas atividades.

A Companhia pontua ainda que o Sr. Eike Batista ocupou o cargo de Diretor Presidente da Companhia apenas no período compreendido entre 08 de setembro de 2009 a 06 de outubro de 2009, não tendo sido reeleito para qualquer cargo na Diretoria da Companhia desde então; e que o Sr. Eike Batista ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia no período compreendido entre 08 de setembro de 2009 a 09 de maio de 2016, não tendo sido reeleito para qualquer cargo no Conselho de Administração da Companhia desde então.

gov.br
Documento assinado digitalmente
GUSTAVO BANHO LICKS
Data: 11/11/2026 18:15:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Gustavo Licks
Gestor Judicial

gov.br
Documento assinado digitalmente
ERIKA BARBOSA PEREIRA
Data: 11/11/2026 21:13:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Erika Barbosa Pereira
Contadora
CRC – RJ-110794/O-3